Políticas públicas e estratégias para a formação de professores da educação especial e inclusiva

Tainá Oliveira da Silva (UERJ)

Flávia Barbosa da Silva Dutra (UERJ)

Resumo

Este artigo tem como objetivo promover uma investigação em relação às políticas públicas na educação especial e inclusiva, buscando caracterizar a educação inclusiva dentro da realidade brasileira, especificando como se dá a formação de professores sob a ótica da inclusão. Para alcançarmos tal objetivo, foi utilizado como base metodológica a pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referenciais teóricos já publicados por meios escritos e eletrônicos, cujos resultados foram sistematizados e analisados em um quadro descritivo e demonstram as principais dificuldades encontradas no processo de formação de professores da Educação Especial e Inclusiva, como cursos de formação ministrados de forma aligeirada, conteúdos apresentados em disciplinas compartimentalizadas, além de uma forte demanda por maiores discussões sobre teoria e prática docente. Apesar de possuir embasamento teórico que oriente a formação docente, a educação brasileira ainda carece de uma maior participação de professores e pessoas com deficiência na construção de estratégias para a implementação e fiscalização de práticas inclusivas no processo de formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação especial; Políticas públicas para educação.

Abstract

This article aims to promote an investigation in relation to public policies in special and inclusive education, seeking to characterize inclusive education within the Brazilian reality, specifying how the formation of teachers from the point of view of inclusion is given. In order to reach this objective, bibliographical research was used as a methodological basis, based on the survey of theoretical references already published by written and electronic means, whose results were systematized and analyzed in a descriptive table and show the main difficulties encountered in the formation process of Special and Inclusive Education teachers, such as light training courses, contents presented in compartmentalized disciplines, and a strong demand for greater discussions about teaching theory and practice. Despite having a theoretical foundation that guides teacher education, Brazilian education still lacks a greater participation of teachers and people with disabilities in the construction of strategies for implementation and enforcement of inclusive practices in the teacher training process.

Keywords: Teacher education; Special education; Public policies for education.

Introdução

Quando se aborda a questão da formação de professores, é preciso reportar a Lei nº 9394/96 em seu artigo 61, que trata da formação de profissionais da educação de maneira a atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, aliando teoria e prática e aproveitando as formações e experiências anteriores (BRASIL, 1996).

Esse pensar com relação à formação dos professores também é meta no Plano Nacional de Educação no item 16, que referenda o que a LDB aborda no seu artigo 16 com relação à formação de professores para a educação básica a todos os profissionais, ofertando formação continuada na área de atuação, considerando as necessidades e demandas dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

De acordo com Pletsch (2009), estudos recentes têm sido feitos no sentido de melhorar a formação de professores como condição primordial e necessária para que se promova de maneira eficaz a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e/ou alunos com deficiência na rede regular de ensino. É notória a importância de os professores valorizarem a diversidade como aspecto essencial para que haja eficácia no processo ensino-aprendizagem, isso porque a formação

recebida pelos educadores incide diretamente no processo de desenvolvimento dos alunos.

O que se observa é que os cursos de licenciatura não se encontram preparados para desempenharem a função de formar educadores que consigam lidar com a grande diversidade presente nas salas de aula impostas pela inclusão (GLAT; PLETSCHE, 2004; VAZ, DUTRA, 2017).

A LDB enfoca em seu artigo 59 a importância da formação de professores especializados para atender pessoas com necessidades especiais. Nesse âmbito, é preciso compreender que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter suas necessidades atendidas, sendo que esse atendimento deve ocorrer de maneira democrática, através da formação dos professores.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral investigar as políticas públicas na educação especial e inclusiva. Os objetivos específicos dizem respeito a caracterizar a educação inclusiva dentro da realidade brasileira, enfatizando como se dá a formação de professores sob a ótica da inclusão. A fim de atingir os objetivos propostos, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica em artigos sobre o tema em questão.

Com base na ideia de que a inclusão faz parte da realidade das escolas regulares no país, contando com um aparato legal, o que garante a inclusão, tornou-se essencial que os professores passem por um processo de formação para que possam atuar com esses alunos no âmbito da sala de aula, para garantir a eles plena cidadania.

Dessa forma, a formação se torna importante e necessária para que possam ser propostas estratégias que venham ao encontro da heterogeneidade da sala de aula diante da inclusão. Dessa maneira, tratar a questão da formação de professores enquanto política pública, necessária com vistas à eficácia da inclusão na escola, faz com que o estudo seja de grande relevância e justifica a sua realização.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa classifica-se como de natureza qualitativa, fundamentada através de pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GOLDEMBERG, 1997).

Já a escolha pela pesquisa bibliográfica se deve ao fato de que, através desse método, é possível, além de identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado, elaborar conhecimentos que possam ter aplicação prática num determinado momento. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web-sites (FONSECA, 2002). Possui como propósito colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado tema.

A coleta de dados foi feita nas plataformas onde os artigos foram pesquisados como Scielo e Periódicos do CAPES; e os termos usados conjuntamente para a pesquisa foram “inclusão, formação de professores, políticas públicas para a formação de professores”. Os resultados encontrados foram sistematizados no quadro de Thomas, Nelson e Silverman (2012).

A fim de promover essa análise, utilizamos um recorte de tempo da pesquisa compreendendo os últimos dez anos (entre 2007 e 2017). Esse período comportou a leitura do material onde os conteúdos foram apresentados no quadro descritivo. Foram encontrados durante a pesquisa 23 artigos sobre o tema, porém apenas 8 foram utilizados; os demais artigos foram excluídos por tratarem sobre formação de professores para deficiências específicas, ou por apresentarem dados restritos a determinadas áreas geográficas.

Embasamento teórico

A Inclusão

O artigo 208 da Constituição Federal brasileira de 1988 determina que é dever do Estado garantir atendimento especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente matriculados na rede regular de ensino, porém, para que este direito seja garantido, se faz necessário um conjunto de medidas que proporcionem à pessoa com deficiência condições adequadas às suas necessidades, para que esta atinja seus objetivos educacionais. Adaptações de currículo, de estrutura física dos prédios, da formação dos profissionais que atuam nas escolas (incluindo a equipe extraclasse e a de apoio) são algumas das medidas necessárias à construção de uma escola inclusiva, tornando-a apta para receber o aluno com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.1) é bem clara ao afirmar que

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Sendo assim, a educação inclusiva não é uma política com o sentido restrito ao público das pessoas com deficiência e, sim, uma política baseada na igualdade de direitos e acesso ao aparelho público, um exercício de cidadania que pode e deve ser exercido por todos, sem exceções. Apesar da criação de diversos documentos que regulam a educação sob a perspectiva inclusiva na rede regular, no Brasil a Educação Especial é a proposta para sanar essa necessidade, passando a trabalhar de forma articulada ao ensino regular, orientando e guiando a educação da pessoa com deficiência.

A Declaração de Salamanca enfatiza que as escolas regulares de orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combate à discriminação, além de, entre outras vantagens apresentadas pelo documento, colaborar para a construção de uma sociedade mais inclusiva e prover educação efetiva para a maioria das crianças, ou seja, uma escola inclusiva é aquela capaz de oferecer a todos os alunos (com deficiência ou não) as condições necessárias ao processo de ensino-aprendizagem, respeitando especificidades e necessidades de cada aluno, não apenas de um determinado grupo de alunos (SALAMANCA, 1994).

Formação de professores

A formação de professores é parte essencial para o sucesso de um projeto de escola inclusiva, pois é esse profissional que irá agir diretamente no processo de ensino-aprendizagem, enfrentando os problemas do cotidiano escolar e fomentando respostas técnicas, a fim de solucioná-los. Quando o professor recebe em sala um aluno com deficiência, com altas habilidades ou superdotação, se faz ainda mais necessário capacitá-lo de forma eficaz e contínua.

Uma das preocupações do Plano Nacional de Educação (PNE) é a formação de professores; a Meta 15 refere-se à necessidade de crescente articulação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, para que em um ano de vigência do plano seja posta em prática uma política nacional de formação dos profissionais da educação com o objetivo de assegurar que todos os docentes do país possuam formação específica de ensino superior, evidenciando a preocupação por parte do governo em atender à demanda da sociedade com relação ao nível da formação docente para o sucesso de uma política educacional que busque o padrão e qualidade referenciada no artigo 206 da Constituição Federal.

Recentemente o decreto nº 8.752, que dispõe sobre a Política de Formação dos Professores da Educação Básica, apresentou uma seção inteira dedicada ao planejamento estratégico para que estados e municípios executem, em regime de colaboração, as tarefas necessárias à formação inicial e continuada do docente que atua na educação básica.

Apesar da diversidade de documentos oficiais e legais produzidos nas últimas décadas, a precariedade da formação de professores continua sendo amplamente debatida na literatura especializada (CERICATO, 2006; VAZ, DUTRA, 2017); sendo assim, é urgente a necessidade de financiamentos e investimentos para que tais escritos sejam executados. Em FREITAS (2007, p. 1207) vemos que

As soluções dos problemas relativos à formação dos professores não estão vinculadas a questões técnicas, nem sequer a grandes proposições teóricas. Elas se articulam com a possível e devida apropriação, pelo Estado, dos resultados dos estudos dos pesquisadores que têm orientado os educadores, seus movimentos e entidades no debate sobre os princípios e os fundamentos da formação.

Ou seja, o principal problema da formação de professores não está ligado somente a questões de prática ou técnica e sim a uma real vontade política em apropriar-se dos resultados de pesquisas, buscando aplicar tais esforços à realidade. A referida autora ainda salienta, no mesmo artigo, que a continuidade das políticas neoliberais dos últimos governos são as forças conflitantes que impedem que estes planos e projetos não sejam executados.

Resultados

Com o objetivo de fundamentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, sistematizada de acordo com o Quadro 1 do livro Métodos de Pesquisa em Atividade Física (THOMAS, NELSON, SILVERMAN, 2012).

Estudos	A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente (2016). Lídia Mara Fernandes Lopes TAVARES; Larissa Medeiros Marinho dos SANTOS; Maria Nivalda Carvalho FREITAS.
Objetivos	Investigar a formação em Educação Inclusiva de professores da rede pública que atuam com crianças com deficiência, em escolas regulares do Ensino Fundamental.
Amostra	52 professores sendo: 25 professoras regentes, 17 professoras de apoio e 10 professores de Educação Física.
Instrumento	Entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro de 12 perguntas, abordando questões como: Formação, tempo, quando foi concluída, se na sua formação (graduação) cursou disciplinas relacionadas à deficiência, se esta(s) disciplina(s) contribuiu para seu trabalho atual, como, o que foi abordado nas disciplinas, se fez alguma pós-graduação e quando, se já teve contato anterior com criança com deficiência, que tipo de apoio foi oferecido pelo estado/município para a função, como é o dia a dia como professora de uma criança com deficiência e se gostaria de dizer algo que não foi abordado anteriormente.
Procedimento	Aprovação de uma Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. As entrevistas foram realizadas, individualmente com os professores, nas próprias escolas, em salas de aulas vazias, nas bibliotecas, em salas dos professores. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise dos dados com base no referencial teórico do Modelo Biotecnológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, MORRIS, 1998; BRONFENBRENNER, 1979, 1999, 2011).

Achado	O preparo de docentes para atuarem com crianças com deficiência ainda é muito insuficiente para que haja uma inclusão efetiva; percebeu-se a proposta por parte dos docentes de que os currículos de formação docente contenham, não apenas disciplinas específicas à temática da inclusão, mas também que esta seja abordada de forma transversal em várias outras disciplinas dos cursos de formação; e a necessidade de uma reformulação nas políticas públicas de inclusão, com uma maior participação da sociedade em sua elaboração, mas também um acompanhamento sistemático do cumprimento de tais políticas públicas para que sejam efetivadas as propostas estabelecidas.
---------------	---

Estudos	A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas (2009). Márcia Denise Pletsch.
Objetivos	Levantar alguns aspectos relativos à formação de professores no Brasil, com ênfase para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular com base em três referências: a legislação nacional e as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC); o resultado de pesquisas e a literatura especializada sobre o tema.
Amostra	Principais documentos legais que fundamentam a Formação de Professores no Brasil e diversos resultados de pesquisas sobre formação de professores e inclusão.
Instrumento	Consulta à legislação nacional que rege a Formação de Professores do país e as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC); o resultado de pesquisas e a literatura especializada sobre o tema.

Procedimento	Estudo sobre a fundamentação da formação de professores estabelecida pelos documentos oficiais; em seguida, a apresentação dos resultados de diferentes pesquisas sobre o tema, com foco na necessidade de melhorias da formação de professores como condição essencial e permanente para a promoção eficaz da inclusão de alunos com necessidades especiais em rede regular de ensino.
Achado	É necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira. Além de ser necessário mudar concepções preconceituosas a respeito do que seja educação inclusiva, bem como possibilitar aos professores regulares conhecimentos sobre essa proposta, já que a maioria não se sente preparada para receber esses alunos, como constatado anteriormente nas pesquisas utilizadas pelo presente artigo.

Estudos	Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-polo do estado de São Paulo (2009). Simone Cristina Fanhani MARINS; Thelma Simões MATSUKURA.
Objetivos	Identificar, de acordo com a percepção dos gestores da área da Educação Especial de cidades-polo do Estado de São Paulo, que ações foram implementadas a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva na rede regular.
Amostra	Gestores da área de Educação Especial das secretarias municipais de Educação de seis cidades-polo do estado de São Paulo.
Instrumento	Questionário com 19 questões.

Procedimento	Formulação do questionário que foi corrigido e revisado por 3 juízes e por um grupo de alunos e alguns professores do Programa de pós-graduação em Educação Especial da UFSCar; envio da proposta de pesquisa às secretarias municipais de Educação e aprovação delas, identificação das cidades polo do estado de São Paulo; contato com os gestores, pedido de autorização para a realização da pesquisa; recebimento das propostas de pesquisa assinadas e dos questionários respondidos pelos gestores; análise sistematizada dos temas; organizaram-se os conteúdos das questões abertas e foram tabulados os dados obtidos a partir das questões fechadas.
Achado	Os gestores das cidades-polo registraram ações administrativas compatíveis com as diretrizes Políticas para a Educação Especial no que se refere tanto à formação dos professores, como a concursos específicos, à capacitação e à qualificação profissional, além de incentivos aos professores envolvidos.

Estudos	A formação de Professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências (2014). Mônica de Carvalho Magalhães KASSAAR.
Objetivos	Analisar características da formação de professores, considerando os programas do governo federal para a formação de um sistema educacional inclusivo.
Amostra	Dados do Censo Escolar do ano de 2008, Dados do Inep, Plano Decenal da Educação, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Instrumento	Pesquisa bibliográfica sobre o tema.
Procedimento	Leitura dos principais documentos que regem a Formação de professores da Educação Básica, pesquisa dos dados do Censo Escolar e do INEP, tabulação dos dados encontrados para posterior análise.

Achado	Os resultados das pesquisas revelam a existência de grande número de professores graduados, principalmente os que atuam no atendimento educacional especializado; porém, as análises indicam precariedade dessa formação devido a diversos fatores como a “massificação” do ensino propagado por cursos não presenciais; a diminuição da oferta de cursos específicos presenciais nas universidades públicas devido à “crise de identidade” da área, pois alguns autores acreditam que, com a educação inclusiva, não haveria mais necessidade da educação especial, reforçando a ideia de que bastariam algumas adaptações e os problemas de escolaridade dos alunos com deficiência estariam resolvidos.
---------------	--

Estudos	A epistemologia na formação de professores de educação especial: Ensaio sobre a formação docente (2017). Mariana Luzia Corrêa THESING; Fabiane Adela Tonetto COSTAS.
Objetivos	Apresentar considerações sobre as transformações dos processos de formação de professores de Educação Especial do Curso de Educação Especial diurno da Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM/RS.
Amostra	Ementas curriculares do curso de Educação Especial diurno da Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM/RS referentes aos anos de 1984, 1987, 2004 e 2008.
Instrumento	Pesquisa documental, com abordagem qualitativa sobre as ementas curriculares do curso em diferentes períodos (1984, 1987, 2004 e 2008).
Procedimento	Leitura das ementas do curso, disponíveis no site da UFSM/RS; tabulação dos dados coletados e análise dos resultados

Achado	A análise revelou que as modificações nas ementas do curso ao longo dos anos foram coerentes com a apresentação do cenário da educação inclusiva, que exige um profissional com formação generalista, que seja capaz de atender às múltiplas demandas da escola de forma flexível e abrangente. No entanto, a diminuição de disciplinas de caráter político-pedagógico parece seguir ideais neoliberais, o que sugere moldes de formação aligeirados e massificados, que prestigiam disciplinas de caráter prático em detrimento das discussões filosóficas, históricas e teóricas. Parece haver a necessidade em direcionar ações rápidas e práticas diminuindo suas reflexões teóricas e metodológicas.
---------------	---

Estudos	Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar (2015). Selma Norberto MATOS; Enicéia Gonçalves MENDES.
Objetivos	Analisar as demandas dos professores decorrentes da inclusão escolar.
Amostra	Seis professoras, seus alunos com NEEs e três profissionais do Núcleo de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do interior da Bahia.
Instrumento	Observação dos participantes, diário de campo, questionário e análise de conteúdo da pesquisa documental realizada.
Procedimento	A primeira etapa do estudo foi destinada aos procedimentos éticos, seguida de reuniões com profissional do Núcleo de Inclusão; escolha das escolas com grande diversidade de alunos, contato com a direção das escolas, coleta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes ou seus representantes legais; realização de duas rodadas de observações <i>in loco</i> em cada sala de aula selecionada, totalizando 12 visitas, e, por fim, entrega do questionário aos participantes diretos da pesquisa (professoras e integrantes do Núcleo de Educação Inclusiva). Para a segunda etapa, referente à análise dos dados, foi feita a leitura extensiva das entrevistas e dos diários de campo com os registros das rodadas de observação.

Achado	Os professores apresentaram uma vasta gama de necessidades não atendidas pelo poder público, no que se refere diretamente a sua formação; acreditam que sua formação inicial não é suficiente para atender à demanda educacional do público da Educação Especial.
---------------	---

Estudos	Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas (2014). Andréa Regina ROSIN-PINOLA; Zilda Aparecida Pereira DEL PRETTE.
Objetivos	Apresentar uma visão geral da história e da legislação sobre inclusão e as inovações que vêm sendo propostas por educadores e agências governamentais focalizando as necessidades de formação do professor, em particular suas habilidades para inovar e melhorar interações com todos os alunos.
Amostra	Principais documentos legais que fundamentam o processo de inclusão escolar no Brasil e artigos que abordam a inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.
Instrumento	Análise da legislação nacional que rege o processo de inclusão escolar do país, as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC) e o resultado de pesquisas sobre a literatura especializada sobre o tema.
Procedimento	Leitura da legislação nacional que rege o processo de inclusão escolar do país e das diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC); pesquisa bibliográfica sobre a literatura especializada sobre o tema para posterior análise.

Achado	A pesquisa concluiu que o processo de inclusão escolar está amplamente sustentado pela legislação educacional brasileira e pressupõe que os professores de sala regular devem atender a todos, contando com a parceria de profissionais especializados e/ou de educadores especiais, mas pouco se sabe sobre o quanto essas parcerias estão disponíveis para os professores, como elas ocorrem, quais suas vantagens e dificuldades; por isso, faz-se necessário que o professor tenha acesso a uma formação, não só voltada a teorias, mas que contribua positivamente com as relações sociais que ocorrem durante o processo de ensino-aprendizagem e que também seja capaz de promover mudanças efetivas em sua prática docente.
---------------	---

Estudos	Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil (2013). Rosalba Maria Cardoso GARCIA.
Objetivos	Contribuir com as reflexões acerca da formação docente no âmbito das políticas de educação especial, tomando como referência o período 2001-2010, analisando as mudanças que envolveram a modalidade na década referida, sua dinâmica e características.
Amostra	Estudos sobre formação de professores da educação especial e o movimento da política de Educação Inclusiva no período de 2001 a 2010.
Instrumento	Pesquisa documental sobre a formação docente no âmbito das políticas de educação especial, tomando como referência o período 2001-2010.
Procedimento	Consulta à legislação nacional que rege a formação de professores do país, em especial a formação de professores que atuam na Educação Especial; as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC); o resultado de pesquisas e a literatura especializada sobre o tema, sintetizando as principais mudanças ocorridas no período de 2001 a 2010.

Achado	O estudo realizado sobre a formação de professores para a educação especial indicou a tendência à perpetuação do conhecimento hegemônico na modalidade, associada à carência de debate pedagógico e de discussões acerca do trabalho do professor, ressaltando a necessidade de reflexão sobre qual é a educação especial necessária à educação nacional, assim como o perfil teórico-metodológico do professor que tem atuado nessa modalidade de ensino.
---------------	--

Considerações finais

Os dados coletados e organizados no quadro demonstram que, de fato, o processo de inclusão escolar encontra-se amplamente embasado por políticas públicas e legislações, até mesmo no que se refere à formação de professores; porém, o real problema parece estar atrelado à sua construção e execução, uma vez que são elaboradas sem a participação dos envolvidos (pessoas com deficiência e professores) e postas em prática sem fiscalização e acompanhamento sistematizados. Por meio da pesquisa realizada, constata-se que os professores têm interesse em buscar novos cursos que sanem as deficiências de sua formação inicial e que tais lacunas os deixam inseguros em sua prática docente com as pessoas com deficiência, mas encontram diversos obstáculos que os impedem de pôr em prática os conceitos adquiridos, além de enfrentarem as dificuldades e limitações dos próprios cursos de formação.

Em diversos momentos foram relatados problemas no currículo dos cursos de formação de professores, como a apresentação de conceitos norteadores da Educação Inclusiva, que em geral são ensinados de forma compartimentalizada, amarrada em disciplinas fechadas e que não perpassam por todas as disciplinas do currículo, tornando difícil ao profissional em formação visualizar a prática da educação inclusiva em seu próprio cotidiano escolar. Cursos de formação aplicados de forma “massificada”, “aligeirada” e “generalizada” também são apresentados como problema, pois reforçam disciplinas práticas em detrimento de disciplinas que fomentam discussões político-teóricas e consequentemente diminuem as oportunidades de reflexão sobre o papel do professor diante o desafio da inclusão, além de não estimularem o pensamento crítico deste profissional quanto a sua prática docente.

O embate teórico também dificulta a execução de políticas públicas eficientes para a formação de professores. A pesquisa revelou que é necessário haver mais discussões acerca da prática docente, além de reflexões profundas sobre qual forma de atendimento para este público é a mais adequada diante da realidade da educação nacional. Enquanto alguns autores defendem a Educação Especial como a melhor modalidade para educar a pessoa com deficiência, outros autores acreditam que a própria Educação Especial, por si só, já seria fator de segregação, não havendo um consenso, demonstrando, assim, a necessidade de mais debates sobre o tema.

De maneira geral, a educação brasileira conta com um embasamento teórico adequado à estruturação da atividade docente com o aluno com deficiência. A grande questão se encontra na forma como este embasamento foi posto em prática. O questionamento quanto à maneira de elaboração e execução das leis e das políticas públicas de inclusão é uma demanda urgente, provavelmente já atrasada, assim como convocar professores e pessoas com deficiência para discutir como se dará a formação de professores da Educação Especial e Inclusiva, além de formular estratégias para fiscalização de sua real execução. Houve grande dificuldade no decorrer desta pesquisa em sanar tais questionamentos, o que reforça a necessidade latente de haver mais discussões da sociedade quanto à formação do professor que atua com alunos com deficiência. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com as futuras discussões sobre o tema por toda a comunidade escolar.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da Educação (MEC). Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Brasília, 2015.
- _____. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 12 de julho de 2016.
- CERICATO, I.L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. Rev. bras. Estud. pedagog. (Online), Brasília, v. 97, n. 246, p. 273-289, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000200273&lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- DUTRA, F. B. S.; VAZ, A. F. A formação dos novos profissionais de educação física em universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro sob a ótica da inclusão. In: Flávia Barbosa; Celby Rodrigues V. dos Santos; Felipe Di Blasi. (Org.). Aspectos da deficiência: educação, esporte e qualidade de vida. 1ª ed. Curitiba -PR: Appris editora, 2017.
- FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica: UEC, 2002. Apostila.

- FREITAS, H.C.L. A (Nova) Política De Formação De Professores: A Prioridade Postergada. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- GARCIA, R. M. C. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.18, n.52, p. 101 -239, Jan/Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100007&lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.
- Goldemberg, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- KASSAR, M.C.M. A Formação de Professores para a Educação Inclusiva e os Possíveis Impactos na Escolarização de Alunos com Deficiência. Cadernos CEDES. Campinas, v. 34, n. 93, p. 207- 224, Mai/Ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000200207&lang=pt. Acesso em: 2 de junho de 2017.
- MARINS, S.C.F. MATSUKURA, T.S. Avaliação de Políticas Públicas: A Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Fundamental das Cidades-Polo do Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.15, n.1, p. 45-64, Jan/Abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100005&lang=pt. Acesso em: 2 de junho de 2017.
- MATOS, S.N. MENDES, E.G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.1, p. 09-22, Jan/Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100009&lang=pt. Acesso em: 2 de junho de 2017.
- THOMAS, NELSON e SILVERMAN. Métodos de pesquisa em atividade física. 6ª ed. Porto Alegre. ARTMED. 2012.
- ROSIN-PÍNOLA, A.R. DEL PRETTE, Z.A.P. Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.20, n.3, p. 341-356, Jul/Set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300003&lang=pt. Acesso em: 2 de junho de 2017.
- PLETSCH, M.D. A Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisas. Educar. Curitiba, n.33, p. 143-156. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lang=pt. Acesso em: 15 Maio de 2017.
- TAVARES, M.F.L. SANTOS L.M.M. FREITAS M.N.C. A Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre a Formação Docente. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.22, n.4, p. 527-542, Out/Dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000400527&lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- THESING, M.L.C. COSTAS, F.A.T. A Epistemologia na Formação de Professores de Educação Especial: Ensaio Sobre a Formação Docente. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.23, n.2, p. 201-214, Abr/Jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000200201&lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2017.

Contato das autoras

Tainá Oliveira da Silva | tainaoliveira@gmail.com